

Reprogramação Orçamentária 2011

*Ministro da Fazenda
Ministra do Planejamento*

Brasília, 28 de fevereiro de 2011

RECEITAS PRIMÁRIAS

Discriminação	R\$ milhões		
	Lei orçamentária (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	750.419,3	731.327,1	(19.092,2)
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	642.075,8	619.781,5	(22.294,3)
Imposto de Importação	23.130,9	22.722,6	(408,4)
IPI	49.241,4	45.353,3	(3.888,2)
Imposto sobre a Renda	243.020,4	239.853,7	(3.166,7)
IOF	31.950,7	31.428,8	(521,9)
COFINS	157.967,7	159.210,4	1.242,7
PIS/PASEP	41.094,7	41.867,6	772,9
CSLL	62.061,3	55.875,6	(6.185,7)
CIDE - Combustíveis	8.636,1	8.412,9	(223,3)
Outras Administradas pela RFB	24.972,4	15.056,7	(9.915,8)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	108.461,8	111.663,9	3.202,1
Incentivos Fiscais	-118,3	-118,3	
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	165.331,7	164.326,6	(1.005,1)
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	585.087,6	567.000,5	(18.087,1)

Fontes: Receita Federal do Brasil/Ministério da Fazenda - RFB/MF; SOF/MP; Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda - STN/MF - Elaboração: SOF/MP

Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

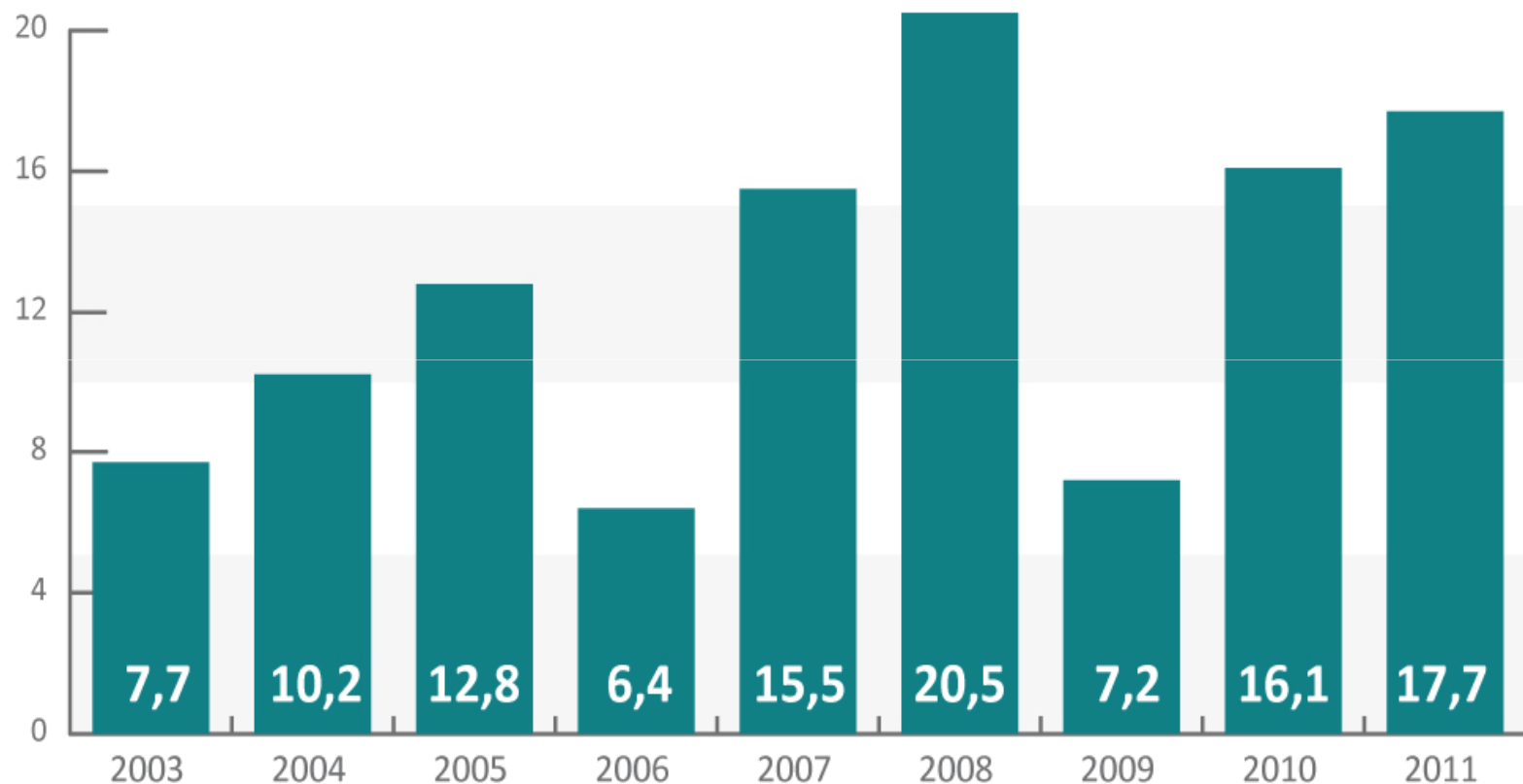
REDUÇÃO DAS DESPESAS – R\$ 50,1 bilhões

R\$ milhões	
Itens	Variações da Despesa
Despesas Obrigatórias	15.762,5
Créditos Extraordinários	-3.500,0
Despesas Discricionárias	36.201,1
Vetos à LOA 2011	1.623,6
TOTAL GERAL	50.087,2

Despesas em 2011 – 17,8% do PIB, 1% menor que em 2010

RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO

Em R\$ bilhões, posição em janeiro de cada ano



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

Acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões e em % do PIB



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ministério da Fazenda

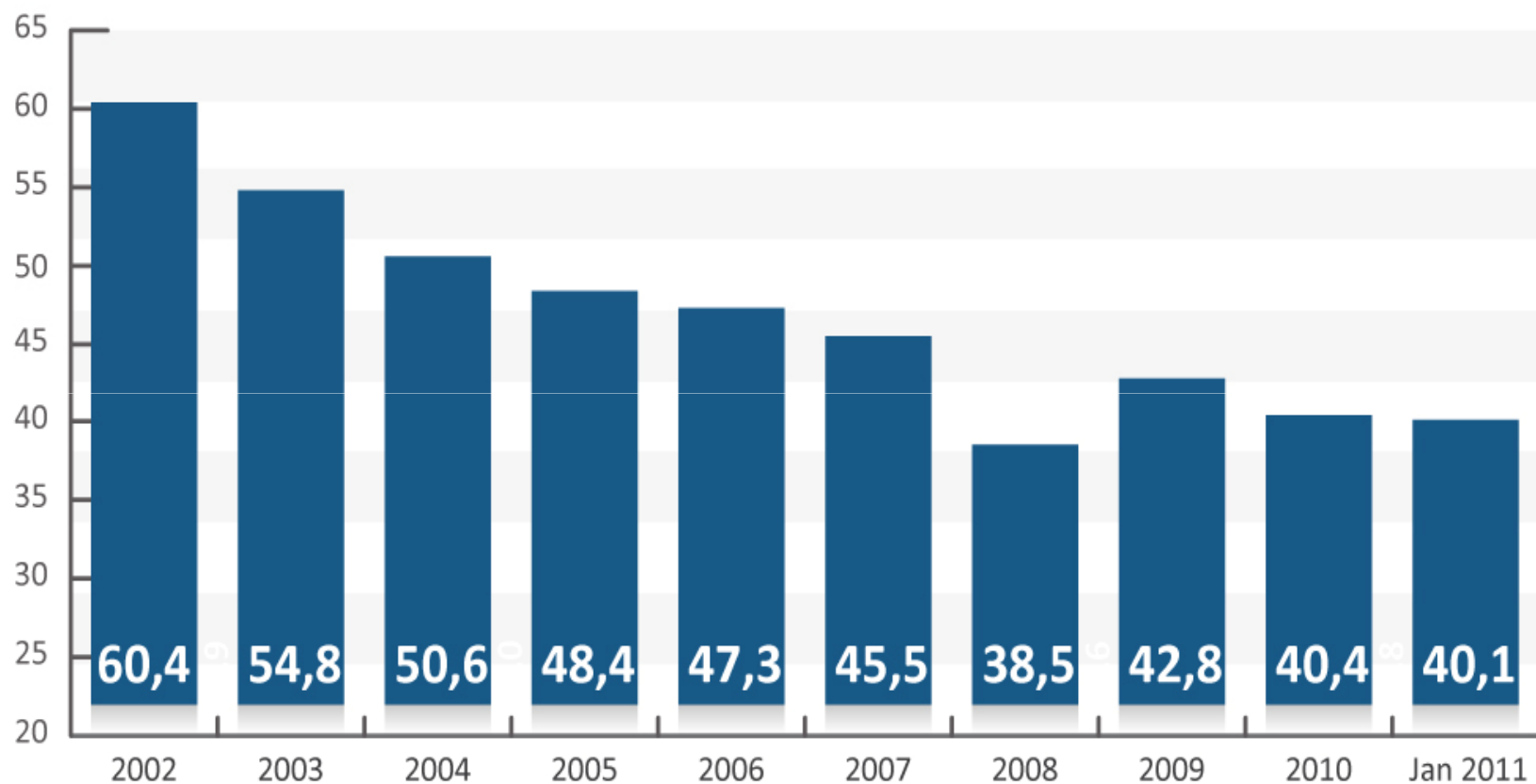
Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Em % do PIB, posição em dezembro de cada ano



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

REDUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS – R\$ 15,8 bilhões

Discriminação	R\$ milhões		
	Lei Orçamentária (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
DESPESAS OBRIGATÓRIAS que sofreram variações	506.823,8	491.061,3	(15.762,4)
Pessoal e Encargos Sociais	183.004,1	179.504,1	(3.500,0)
Benefícios Previdenciários	278.404,9	276.405,0	(2.000,0)
Abono e Seguro-Desemprego	30.090,2	27.090,2	(3.000,0)
Subsídios, Subvenções e Proagro	15.264,5	6.342,1	(8.922,3)
Fundos FDA e FDNE		1.500,0	1.500,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	60,1	219,9	159,8

Fontes: SOF/MP; STN/MF - Elaboração: SOF/MP.

Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

REDUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Esforço administrativo com as seguintes medidas:

- Auditoria externa pela FGV para as despesas com Pessoal
- Novo sistema de alerta para auditoria das despesas com Pessoal, que emitirá avisos automáticos
- Cruzamento do cadastro federal de servidores com o de 13 Estados e com o da Previdência para detecção de indícios de irregularidades
- Auditorias Especiais em finalização, em 61 Instituições Federais de Ensino Superior sobre todas as rubricas de Pessoal
- Adiamiento de concursos públicos e revisão de novas admissões
- Combate a desvios no Abono e Seguro Desemprego

REDUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS – R\$ 36,2 bilhões

- O processo decisório da redução de despesas foi realizado em parceria com os Ministérios e orientado para a preservação dos investimentos prioritários
- Os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos principais programas sociais foram integralmente preservados

REDUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS – R\$ 36,2 bilhões

R\$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	2011		Redução
	LOA a	Limite b	R\$ mil c=a-b
Advocacia-Geral da União	305.120	264.037	41.083
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.869.568	1.401.416	1.468.152
Cidades	21.120.012	12.542.562	8.577.450
Ciência e Tecnologia	5.760.804	4.807.205	953.599
Comunicações	1.055.119	451.915	603.203
Cultura	1.336.039	806.669	529.370
Defesa	15.275.079	10.891.927	4.383.152
Desenvolvimento Agrário	3.268.382	2.339.008	929.375
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	17.765.060	17.742.209	22.851
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	848.419	643.021	205.398
Educação	28.026.900	24.925.007	3.101.894
Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.511	687.915
Esporte	2.374.731	853.222	1.521.508
Fazenda	3.746.404	2.943.152	803.252
Integração Nacional	4.648.518	2.831.609	1.816.908
Justiça	4.760.134	3.233.767	1.526.367

Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento



Continua

REDUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS – R\$ 36,2 bilhões

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	2011		R\$ mil
	LOA	Limite	Redução
	a	b	R\$ mil c=a-b
Meio Ambiente	1.078.490	680.335	398.155
Minas e Energia	978.807	741.936	236.871
Pesca e Aqüicultura	526.828	215.991	310.837
Planejamento, Orçamento e Gestão	1.268.566	1.081.192	187.374
Presidência da República	3.289.702	2.607.986	681.716
Previdência Social	2.165.953	1.810.667	355.286
Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	141.423	-
Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	-
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	800	800	-
Relações Exteriores	1.213.553	938.220	275.332
Saúde	63.110.595	62.531.892	578.703
Trabalho e Emprego	1.456.274	960.414	495.860
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	128.693	95.343	33.350
Transportes	18.411.636	16.018.190	2.393.446
Turismo	3.655.853	573.415	3.082.438
Vice-Presidência da República	3.633	3.355	277
TOTAL GERAL	211.951.582	175.750.460	36.201.122

(*). Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Ministério
da Fazenda

Ministério
do Planejamento



REDUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Decreto para limitar os seguintes gastos:

- Diárias e passagens:
 - Redução de 25% nas áreas de fiscalização e poder de polícia e 50% nas demais
 - Centralização das autorizações nos ministros, secretários executivos, secretários nacionais e presidentes de autarquias
- Suspensão de novas contratações relacionadas a:
 - Aluguel, aquisição, reforma de imóveis
 - Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos